

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

editorial

Guerra imperialista e guerra social

O GOVERNO COSTA DESFAZ-SE,

MAS AINDA É O PLANO A DO CAPITAL E DE MARCELO

Entretanto, preparam o plano B, sagrando Ventura como "líder da oposição"

É TEMPO DE OS TRABALHADORES CONSTRUÍREM O SEU PRÓPRIO PLANO

Von der Leyen (chefe da Comissão Europeia) e Stoltenberg (secretário da NATO) não se cansam de exigir medidas draconianas de "economia de guerra" contra os trabalhadores europeus. Fazem-no com a determinação e a clareza de quem, imune a eleições e outros incómodos, é porta-voz dos interesses gerais do imperialismo – e, portanto, em primeiro lugar, de Washington, que prossegue e comanda a guerra na Ucrânia e prepara a guerra contra a China.

Em nome dessa economia de guerra, em França, onde, graças à Constituição bonapartista, o presidente também é quase (mas apenas quase) imune aos incómodos eleitorais, Macron arrostou com treze jornadas de greve geral e manifestações de milhões e milhões de trabalhadores e jovens e impôs a passagem da sua contra-reforma da segurança social francesa, que aumenta a idade da aposentação legal. Feito isso – sem conseguir domar o movimento de massas –, passa agora a novas medidas de guerra e guerra social: aumento maciço dos orçamentos militares e corte de todos os outros orçamentos, incluindo os salários dos funcionários.

Em Portugal, o afundamento do governo do PS em crises sucessivas, apesar da maioria absoluta, começa, neste contexto, a ser um problema para Marcelo e Bruxelas: os donos do PSI-20 esperavam, nesta altura, estar a distribuir tranquilamente entre si os bolos "verdes" e "digitais" do PRR, os lucros de amanhã..

Não que o governo de Costa não tenha tomado medidas duríssimas, ao nível das da troika, contra os trabalhadores. São os cortes gerais de pensões e salários via inflação, são os cortes nominais dos salários na TAP, é o apego férreo à caducidade da contratação colectiva e ao roubo de tempo de

serviço dos professores, é o constante desinvestimento no SNS e no ensino.

Porém, não obstante todas essas provas de fidelidade aos interesses do grande capital e às ordens da UE, a crise no governo agrava-se. Ministros caem. "Casos" surgem constantemente.

Urgia "fazer alguma coisa".



Primeiro, o simples facto da participação de Lula nas comemorações do 25 de Abril; depois, as declarações do presidente do Brasil, em Pequim e na Arábia, a pedir aos EUA e à UE para deixarem de incentivar a guerra na Ucrânia e começarem a falar de paz, vieram criar o pretexto azado para uma operação política.

Continua na página seguinte

política

O BALANÇO GERAL DO ANO DE 2022 DO GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA

Podem-se fazer balanços de muitas maneiras. A mais simples é a numérica. O balanço numérico de 2022 para as duas principais classes sociais do país é este:

Trabalhadores Assalariados:
perda de 15 a 20%.
(conforme os aumentos salariais nominais, geralmente muito baixos)

Grande Capital:
aumento de mais de 40%.
(ver caixa sobre dividendos na página seguinte)

Nota: É difícil avaliar exactamente a perda de poder de compra dos trabalhadores assalariados portugueses em 2022, entre baixos aumentos nominais e inflação alta. Mas duas coisas são certas:

- o cabaz de produtos essenciais, alimentação, energia, etc., aumentou mais de 20%, muito acima da inflação "média";
- o peso desse cabaz no orçamento das famílias é tanto maior quanto mais baixa a remuneração dos trabalhadores.

Conclusão: numa estimativa por baixo, a perda média de poder de compra do trabalho em 2022 deverá ter orçado por 15 a 20%.

política **O BALANÇO GERAL DO ANO DE 2022 DO GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA**

Accionistas das maiores empresas da Bolsa de Lisboa preparam-se para encaixar 4.700 milhões de lucros de 2022

OS DIVIDENDOS ENCAIXADOS PELOS “DONOS DISTO TUDO”: 2.400 MILHÕES

Os lucros totais das empresas do PSI-20 (as maiores cotadas em Bolsa): 4.700 milhões de euros. É um aumento de quase 50% relativamente a 2021.

Destes lucros, 2.400 milhões são distribuídos aos accionistas como dividendos, valor semelhante ao do ano anterior.

As cinco maiores famílias – Soares dos Santos, Azevedo, Amorim, Queiroz Pereira e Mota – ficam com 620 milhões de euros em remuneração accionista só das participações que detêm nas empresas cotadas em bolsa.

No total, a Jerónimo Martins (Pingo Doce, etc.) “liderada por Pedro Soares dos Santos vai entregar aos accionistas 345,6 milhões de euros em dividendos”.

No caso das herdeiras da família Queiroz Pereira (celulose, etc.) “o total a receber (...) atinge assim os 179,6 milhões de euros.”

Já para a família Azevedo (Sonae, etc.) são “quase 138,6 milhões de euros em dividendos”.

A família Amorim (cortiça, GALP) tem um “total a receber” de “95,3 milhões de euros referentes a lucros de 2022”.

A família Mota (construção) fica-se por uns “modestos” 12,3 milhões de euros.

[Nota importante: os valores indicados só incluem os dividendos de participações nas 20 grandes empresas cotadas no índice da bolsa portuguesa (PSI). Não incluem dividendos e remunerações que obtenham doutras empresas não cotadas, nem “salários” pagos pela(s) empresa(s) por trabalho de gestão ou administração.

Fonte de todos os valores: número de 28 de Abril de 2023 do jornal “negócios”.]



Traduzido e adaptado de cartoon de Nick Anderson

editorial

Continuação da página anterior

Eles precisam agora de abrir caminho a uma alternativa à direita que possa suceder a Costa, já ou depois. Face ao desaparecimento do CDS e à crise do PSD – manifesta na sucessão de nulidades à sua cabeça –, aceitam que a alternativa tenha de surgir à volta do fascista Ventura.

Com a visita de Lula, caiu o laborioso e pouco convincente “cordão sanitário” à volta do Chega. Personagens “altamente respeitadas” que povoam a imprensa e a televisão, como Pacheco Pereira e Lobo Xavier, apareceram a vociferar contra Lula e a apelar a protestar contra a sua presença no 25 de Abril – assim aderindo, em vários casos explicitamente, aos protestos de Ventura e à sua reivindicação de liderança da oposição.

A própria declaração obtida por Marcelo do obtuso Montenegro, interpretada pela imprensa de serviço como sendo, “finalmente”, a exclusão da possibilidade de uma “geringonça à direita”, portanto de uma coligação com o Chega, foi, de facto, exactamente o contrário. O desesperado Montenegro proferiu uma mera súplica a Ventura para ele dizer qualquer coisinha contra o “racismo” que desimpedisse o caminho da aliança.

Não demorou a aparecerem sondagens ao povo a demonstrar que o caudilho do Chega é o verdadeiro chefe da oposição.

Marcelo bem solicitara a Montenegro, alto e bom som, que o “convencesse” de que é capaz de oferecer a tal alternativa que permita ao presidente dissolver a Assembleia da República caso António Costa não consiga endireitar o governo. Entenda-se: endireitar o governo significa, hoje, levar até ao fim uma ofensiva de economia de guerra, de austeridade e repressão sem limites contra o trabalho que implicaria, com quase certeza absoluta, a imolação eleitoral e política do PS pelo bem do capital.

Porém, a dificuldade destes senhores não se reduz à nulidade dos dirigentes do PSD e dos partidos tradicionais da burguesia.

As direcções tradicionais das organizações dos trabalhadores, nomeadamente das centrais sindicais, têm sido garantes da estabilidade do regime. Ao aceitarem as regras do jogo ditadas pelos tratados da UE, a sua “economia de mercado” e a sua “concorrência livre e sem entraves”, elas acabam sempre por optar pela “contenção” das lutas. Desgastam a resistência dos trabalhadores à política capitalista em “jornadas de luta” simbólicas e greves divididas, em vez de as coordenarem em poderosas greves de massas que paralitem o país até as reivindicações serem ganhas.

Porém, são cada vez mais notórias as dificuldades dessas direcções em continuar a desempenhar esse papel. A luta incansável e largamente auto-organizada dos professores obrigou o rotineiro Mário Nogueira a “redescobrir” a sua combatividade. E multiplicam-se as lutas, por exemplo no sector ferroviário, mas também em tantos outros, tanto no público como no privado, em que os trabalhadores começam a impor directamente a sua voz e a sua organização.

As manobras de assalto ao poder por parte da direita serão, assim, tudo menos lineares.

Um simples facto da consagração pública do caudilho profascista como salvador da pátria é, no fim de contas, sinal disso mesmo. O recurso à demagogia fascista para mobilizar o descontentamento e o desespero genérico das camadas pouco organizadas e indefesas da população é um caminho arriscado, a que o grande capital só recorre em último caso.

Para já, a aposta de Bruxelas, de Marcelo e dos chefes do PSI-20 continua a ser em que Costa leve avante o holocausto do seu partido no altar da guerra. Depois logo se verá.

política

A propósito do pacote chamado “Mais Habitação” do governo

O TEMA ÚNICO DAS “RESPOSTAS” DO GOVERNO COSTA A TUDO É DAR DINHEIRO AOS PATRÕES E GARANTIR-LHES LUCROS SEM RISCO

O recente pacote chamado “Mais Habitação” do governo fez breve alarido.

Incluíam-se nele hipóteses de medidas que pareciam “bulir” com a propriedade privada, como o arrendamento coercivo de devolutos e o fim de mais licenças de AL.

O chefe do PSD, Montenegro, até chamou ao pacote “comunista” (Montenegro com certeza trata Cavaco por “camarada Cavaco”, considerando os milhares de hectares de terras privadas que ele expropriou coercivamente para construir auto-estradas).

Claro que, depois do alarido, pouco mais ficou do que as residências universitárias de Moedas que custam muitas moedas; e promessas de muito dinheiro para os investidores e grandes senhorios que saibam aproveitar as novas oportunidades de negócio.

No entanto, tal como o “pacotinho” do governo destinado a “resolver” o problema dos salários de miséria dos jovens diplomados, este pacote da habitação revela bem o tema, único, que percorre todas as respostas do governo a todos os problemas: dar dinheiro e garantias de lucros sem risco aos investidores até o problema ficar resolvido. E se não ficar: mais dinheiro aos investidores. E assim por diante.

É fácil decifrar os exemplos; e exemplos é coisa que não falta.

Problema 1: É preciso **habitação** para o “povo” que não consegue pagar habitação com os salários de miséria que os patrões lhe pagam.

Receita: Pegue-se em muito dinheiro dos impostos cobrados aos trabalhadores que não têm onde habitar; entregue-se esse dinheiro aos investidores da construção e grandes senhorios (grosso modo, os mesmos que criaram o problema, especulando nos mercados imobiliários internacionais); acrescentem-se-lhes garantias q.b. de terem rendas e lucros sem risco; mexa-se bem até a mistura ficar suficientemente turva para não se perceber bem; e deixe-se pousar... os anos que forem precisos!

Problema 2: Aos **jovens diplomados** o “mercado” de trabalho oferece essencialmente o salário mínimo, e eles ou emigram ou vegetam no precariado.

Receita: Pegue-se em algum dinheiro dos impostos cobrados aos pais desses jovens diplomados precários, mal pagos e sem habitação; entregue-se esse dinheiro aos patrões que empreguem esses jovens; garanta-se-lhes que podem continuem a pagar só o salário mínimo; dê-se aos jovens um pequeno suplemento de salário, tirado dos impostos pagos pelos pais dos jovens diplomados.

Problema 3: Por causa da **transição verde e digital**, que é donde agora saem fundos europeus, é preciso fechar refinarias e outras indústrias poluentes.

Receita: Fechem-se as indústrias; despeçam-se os trabalhadores; entregue-se dinheiro a rodos dos impostos pagos pelos trabalhadores aos patrões dos trabalhadores despedidos, para eles investirem em ramos “verdes” em folha, para aos quais possam contratar outros, menos trabalhadores, mais baratos e mais precários; entregue-se também algum do dinheiro dos impostos desses trabalhadores a investidores com olho, para montarem “escolas” e “acções” de “formação” para fazer de conta que “se faz alguma coisa pelos pobres trabalhadores”; e garanta-se a todos esses investidores, para bom tempero, lucros sem risco.

Problema secundário nº 1: Por hipótese, ao melhorarem ligeiramente os salários dos jovens, aumenta a procura de habitação; sobem, por isso, outra vez os preços do imobiliário e das rendas; os salários “melhorados” já não chegam outra vez para nada: a “mais habitação” passa, de novo, a ser “menos habitação”.

Receita: Voltar à casa de partida: entregar dinheiro aos investidores e senhorios para... etc.

Problema secundário nº 2: O orçamento do Estado fica em défice por causa dessas medidas de apoio aos patrões vendidas ao “público” (e ao *Público*) como medidas de apoio aos trabalhadores; e a Comissão Europeia não deixa haver mais défice e mais dívida.

Receita: Austeridade e troika. Cortar salários e pensões. Com sorte, a população nessa altura já estará tão exasperada, que o governo que terá que lidar com a nova troika não será de António Costa, será do Montenegro ou do Monte Ventura...

“TRANSIÇÃO VERDE” Pintar a Luta de Classes de Verde para Enganar os Trabalhadores

Onde vão parar os trabalhadores despedidos da refinaria de Matosinhos

A 30 de Abril de 2021, a Galp desligou a última unidade de produção da sua refinaria de Matosinhos. Invocou que concentraria operações na refinaria de Sines.

Segundo o *Público* de 26 de Julho de 2021, dos 401 trabalhadores da unidade de Matosinhos, 30% manter-se-iam – até Janeiro de 2024, “no âmbito das operações de desmantelamento e descontinuação”; outros 40%, para os quais, segundo declarações à agência Lusa do administrador Carlos Silva, “*não conseguimos encontrar solução*”, foram alvo de um processo de despedimento colectivo.

Depois de Sines em 2021, mais uma grande reportagem do Público, em 2023 encontra o destino dos trabalhadores “transicionados” em Matosinhos

Ano e meio depois do despedimento colectivo de 137 pessoas da refinaria da Galp de Matosinhos (recordemos: ia concentrar todas as suas operações na refinaria de Sines),



a “transição justa” prometida aos trabalhadores nunca existiu: o subsídio de desemprego aproxima-se do fim e nenhuma “alternativa, nem formativa, nem profissional” lhes foi apresentada.

Entrevistado pelo *Público*, Telmo Silva, ex-supervisor de manutenção na refinaria: “*a empresa despediu-nos, lavou as mãos, passou a responsabilidade para o Estado*”.

A Galp tem muitos projectos candidatos à celebrada bazuca, o PRR ou “Plano de Recuperação e Resiliência”. Está, aliás, a reestruturar

o seu negócio para ir lá buscar todos os subsídios que puder. Só que nem a Galp reintegra os trabalhadores despedidos em outras áreas de negócio, nem o Estado cumpre a sua solene ameaça de, como, na altura, disse o primeiro-ministro, “*dar uma lição à Galp*”.

Não será, com efeito, despropositado recordar uma outra grande reportagem do *Público*, esta em 11 de Dezembro de 2021. Era sobre o fecho definitivo da central termo-eléctrica de... Sines, um ano antes. Ali, era a EDP, não a Galp.

Continua na página 5

política

A XIIIª CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA
VISTA POR UM SEU MILITANTE OPERÁRIOO BLOCO DE ESQUERDA
NUMA ENCRUZILHADA

por Bento Correia

A formação política “Bloco de Esquerda”, que se apresentou no campo do marxismo e pretendia renovar a forma de estar na política à esquerda em Portugal, vive agora a sua pior crise em vinte e quatro anos de existência.

As políticas saídas das últimas convenções foram definidas para alcançar acordos com o PS no parlamento; serviram de muleta ao PS/Costa e afastaram-se da luta de classes. O resultado foram várias derrotas consecutivas, não assumidas com clareza, cujas consequências mais visíveis foram a enorme perda de peso político e a redução dos 19 deputados que se haviam elegido para o parlamento em 2019 para 5.

O partido tem agendada a XIIIª Convenção Nacional para os próximos dias 27 e 28 de Maio. Enfrentam-se duas Moções Políticas. A primeira, afecta à direcção de Catarina Martins e Luís Fazenda, é encabeçada pela deputada Mariana Mortágua (mas ainda debaixo do controlo de Francisco Louçã). A segunda tem à cabeça Pedro Soares, antigo deputado (que já partilhou a direcção com os que agora estão ao comando), e é apoiada, por exemplo, por Mário Tomé (antigo deputado da UDP) e também pelos camaradas José Casimiro e Adriano Zilhão.

As moções têm diferenças assinaláveis. Enquanto a primeira olha para a luta de classes como algo que lhe é cada vez mais estranho, privilegia a acção parlamentar (e os “casos e casinhos”) e reduz ao mínimo as referências ao socialismo, a segunda assume a centralidade da luta dos trabalhadores (a luta de classes), apresentando-se como parte de uma corrente ecossocialista.

A moção encabeçada por Mariana Mortágua defende a continuidade das formas organizativas burocratizadas do Bloco: ausência de núcleos de base, coordenadoras concelhias e distritais reduzidas a apêndices do secretariado nacional, sem qualquer autonomia (e fora da luta de classes), traduzindo-se isto actualmente também por menos pluralismo e mais rigidez. Aparece-se nas mobilizações e protestos de rua para fazer declarações televisivas. A moção alternativa defende mais pluralismo e organização das bases em núcleos (também nos bairros e nas empresas).

É, no entanto, face à guerra na Ucrânia que as diferenças são mais claras. A Moção da Direcção encabeçada por Mortágua, dizendo-se em palavras contra os “imperialismos”, está alinhada e vota a favor do armamento da Ucrânia pela NATO, das sanções e do cerco à Rússia, pugnando por um exército europeu (ou seja, da UE), enquanto a moção alternativa

se posiciona claramente pela paz, contra a guerra, debaixo das palavras de ordem “Nem Putin – nem NATO” e “Putin, fora da Ucrânia – NATO fora da Europa”.

Trata-se, porém, de uma Convenção desligada das lutas sociais e laborais, virada para dentro, completamente condicionada à visão dos burocratas que controlam o partido, incapaz de se apoiar nas mobilizações dos trabalhadores e moradores, que, nos últimos meses, apareceram como os opositores efectivos às políticas impostas pela União Europeia (favoráveis às classes possidentes) levadas a cabo pelo governo do PS/Costa. Nestas condições e sejam quais forem os resultados da convenção, tudo indica que a crise vá continuar a corroer o Bloco de Esquerda, tornando-o cada vez mais frágil e submisso perante a União Europeia, calando reiteradamente a ideia de exigir a anulação da dívida, dos tratados orçamentais e das regras do euro.

Porém, tratando-se de uma força política que surgiu com a promessa de insubmissão, de insubordinação e de luta sem tréguas contra o capital e pelo socialismo, responder à questão de como foi possível e como se explica esta tão grande inflexão é, de facto, relevante e do interesse do movimento dos trabalhadores em Portugal. Sendo um dado adquirido que, com o advento da geringonça (mesmo enquanto muleta do PS), falou mais alto o cheiro do poder, foi o afastamento das lutas de classes e a posição contra a luta dos motoristas das matérias perigosas, entre outras, que mostraram que o reformismo e a tendência para a conciliação de classes já estavam latentes nas próprias origens do BE, não apenas na Política XXI ou no PSR, mas mesmo até na UDP, apesar de esta última organização estar ainda muito assente nas empresas e ligada às lutas dos trabalhadores.

Se é verdade que o Bloco cresceu política e eleitoralmente ao abraçar causas justas pela liberdade, como a questão do aborto, a descriminalização e legalização das drogas leves e a defesa do movimento LGBTQ+, também é verdade que, após a queda das burocracias que se apresentavam como comunistas no Leste europeu, o BE fez uma leitura leviana dos acontecimentos relacionados com a queda do muro, fechando os olhos à crítica da moda, de base oportunista, tendente à rejeição do comunismo com um todo e, sobretudo, não querendo ver que o propósito da burguesia internacional era, e é, colocar no mesmo saco partidos e dirigentes burocratizados (que covardemente ainda falavam em nome do socialismo), misturados

com os verdadeiros ideais comunistas e as práticas revolucionárias dos bolcheviques nos soviets de deputados operários e camponeses da Rússia, sob a influência dos comunistas orientados por Lenine.

Nesse sentido, ainda acerca das moções apresentadas à Convenção do Bloco, importa considerar como muito insuficiente a defesa do regresso ao manifesto fundador, “o recomeçar de novo”, apresentada pela moção encabeçada por Pedro Soares. Do que, objectivamente, os trabalhadores portugueses precisam é do seu próprio partido, não de um movimento de carácter difuso, inter-classista, que embora abraçando muitas causas justas, não coloca bem alto o objectivo maior, a derrota do sistema do capitalismo e a luta pelo poder dos próprios trabalhadores, à qual, isso sim, podem e devem estar ligadas as diversas causas justas pelos direitos das minorias.

Se é um facto que, em 1999, em Portugal, a junção das forças de esquerda era uma exigência objectiva dos trabalhadores, para poderem contar com a organização política indispensável aos seus objectivos na luta anticapitalista contra a exploração (em que o Bloco, no seu início, desempenhou um papel importante), o momento actual também tem como característica fundamental a exigência da luta pela organização de um partido dos trabalhadores, de carácter revolucionário, de ideologia marxista, que se proponha lutar por um programa político que eleve as lutas dos trabalhadores a um grau de unidade e de força que barre os avanços das forças da direita, liberais e fascistas, e que ultrapasse o reformismo e a conciliação de classes na luta contra os governos ao serviço do capital. E que marque e contribua claramente para os verdadeiros avanços na luta pelo socialismo.

Será que o Bloco de Esquerda de hoje tem, ainda, no seu seio, a massa crítica suficiente, capaz de assumir os seus erros e desvios e, de forma autocrítica, inverter o rumo da política das migalhas, apresentando-se de novo aos trabalhadores portugueses e aos movimentos sociais como uma alternativa válida para travar as lutas todas, colocando na ordem do dia a exigência do socialismo? Existem, efectivamente, no Bloco de Esquerda muitos camaradas oriundos das classes exploradas, trabalhadores no activo, e mesmo camaradas (oriundos ou de condição de classe) da pequena burguesia que não abrem mão do marxismo e que, por isso, não podem ser abandonados à sua sorte. No entanto, o peso dos renegados mais ou menos socialdemocratas, de ideologias estranhas pretensamente acima das ideologias, já atingiu o patamar de não retorno, isto é, já aprisionou de tal forma o movimento dos bloquistas que lhes tirou toda a alternativa que não seja ficar à espera do PS – recusando ver o óbvio: que o PS é efectivamente o partido em quem o capital vem apostando para servir os seus interesses, não é uma força política em quem os trabalhadores portugueses possam confiar, nem antes, nem agora e nem depois.

Continuação da página 3

A reportagem descrevia a transição dos trabalhadores para o desemprego, “formações” sem destino ou ofertas de integração noutra local da empresa, a centenas de quilómetros, e com a antiguidade destruída.

Escreveu na altura o Público: “Quando a Central de Sines fechou, já os trabalhadores da refinaria da Galp em Matosinhos tinham recebido o aviso de que também iriam perder o emprego. O encerramento da refinaria, em Abril, levou à perda de 1600 postos de trabalho na região. O despedimento colectivo de cerca de 160 trabalhadores mereceu duras críticas de António Costa: “Um exemplo de escola de tudo aquilo que não deve ser feito por uma empresa que seja uma empresa responsável”, disse em Setembro.”

Lucros verdes para os investidores, vidas destruídas para os trabalhadores

O “exemplo de escola” é, na verdade, simples e claro: a “transição verde” e a “transição digital” são maneiras de deitar fora trabalhadores de sectores dados como desinteressantes e dar aos patrões subsídios de milhões para investirem em sectores em que ganharão lucros chorudos garantidos pelo Estado e, grátis, coroas de louros “ecológicas” (ou “digitais”).

Para isso, não falta dinheiro, diz a CCDRN (Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). Vem aí o Programa Regional Norte 2030 e o que mais calhar.

Mas, para os trabalhadores, certos e rápidos e sem falta, só os despedimentos.

Ações de formação projectadas “nas áreas de manutenção ferroviária, energias renováveis, qualidade e mecânica de precisão” não só não garantem emprego quando acabarem, como nem sequer irão beneficiar todos os trabalhadores despedidos.

A Câmara Municipal de Matosinhos, citada pelo Público, diz que ex-trabalhadores que frequentarem estas acções de formação irão ter direito “a uma bolsa de formação adicional, equivalente ao salário mínimo nacional, no caso de não auferirem subsídio de desemprego”. Ora, uma bolsa de formação não corresponde a um contrato de trabalho. Terminada a formação, e sem emprego assegurado, quem garante que estes trabalhadores não irão ficar sem trabalho – nem, sequer, direito a subsídio de desemprego? E, se a bolsa de formação equivale ao salário mínimo nacional, alguém cobre a diferença entre esse montante e os salários que os trabalhadores auferiam antes do despedimento (alguém duvida da resposta a esta pergunta)?

João Marinho, antigo trabalhador, afirma que os cerca de trinta trabalhadores de Matosinhos que foram integrados na refinaria de Sines foram “com condições piores”. Não lhes é reconhecida a antiguidade na empresa.

Nem tudo é negro, claro. Depende para quem.

Em 2022, a Galp bateu um recorde de lu-

ros: 881 milhões de euros, quase o dobro de 2021, encaixando ainda mais 830 milhões de dólares (777 milhões de euros) pela venda das suas operações petrolíferas em Angola à Somoil – Sociedade Petrolífera Angolana.

As respostas da Câmara de Matosinhos e do governo aos trabalhadores são claras e concretas: **amanhem-se!**

Em contrapartida, em fevereiro de 2022, a autarquia, a CCDRN e a Universidade do Porto assinaram um protocolo para, no prazo de um ano, desenvolver “uma área única” de “inovação de topo, natureza, lazer e cultura” nos 260 hectares que a refinaria ocupava.

Entre construção, ocupação e exploração, sumarentos lucros se anunciam para a família Amorim e outros accionistas da Galp.

A verdadeira lição, convém que aprendamos todos muito bem: o governo é aliado, representante e advogado de todas as Galps e de todos os Amorins deste país.

Os “direitos” dos trabalhadores, nesta famosa “transição justa”, não passam, como agora se diz a outros propósitos, de um equívoco “semântico”. O que realmente se queria dizer é que os trabalhadores seriam, justamente, transitados para a sua sorte. Abandonados e desprotegidos.

A não ser que a toda a corja de bazuqueiros oponham a sua resistência e organização unidas.

Luta de classes

TRABALHADORES DOS BARES DOS COMBOIOS DE LONGO CURSO 3 MESES SEM SALÁRIO

“A Veia da Luta Ficou-nos!”

Os 130 trabalhadores que trabalham nos bares dos comboios da CP estão há 3 meses sem receber salário.

Faz dois anos que, por concessão atribuída pela administração e governo do PS a um quadro da CP, a Apeadeiro2020, Ld.^a explora o serviço de refeições dos bares dos comboios de longo curso, Alfa Pendular e Intercidades.

Desde o início de 2023, a vida destes trabalhadores foi posta em suspenso. A “empresa” concessionária embolsou, naturalmente, os milhões do contrato de concessão. Mas em Janeiro de 2023, deixou de pagar os (muito baixos) salários.

Prometeu declarar a insolvência da empresa. Não o fez. Ameaçou os trabalhadores com a “resolução dos seus contratos”, privando-os de receberem indemnizações (sabendo a dita Apeadeiro2020 que não haveria massa insolvente).

Nada disto aconteceu.

Depois de meses de luta pelos seus salários, os trabalhadores tiveram a notícia da resolução do contrato com a empresa fictícia Apeadeiro 2020 e da abertura de novo concurso para a exploração do serviço por nova empresa. Empresas (fictícias, em geral) estas que, sublinhe-se, servem para a CP evitar ter os trabalhadores como seus empregados directos.

É certo que o caderno de encargos previu que o novo adjudicatário pagasse aos traba-

lhadores quaisquer créditos laborais vencidos e não pagos pela Apeadeiro 2020. Mas havia, como sempre, reservas e formulações “jurídicas”.

Sobretudo, não se dava aos trabalhadores a integração nos quadros da CP, que eles exigem e lhes é devida.

Foi, ainda assim, uma pequena vitória, muito condicional, para os trabalhadores - e, por isso mantiveram a luta e os acampamentos em Santa Apolónia e Campanhã até final de Abril.

Os trabalhadores dos bares da CP viveram na pele muita coisa nestes últimos meses. Mas uma coisa viveram mais que todas: viveram a experiência de que o seu poder reside exclusivamente na sua união e na sua luta; que tudo o que conseguirem sairá exclusivamente da sua luta unida; e que a solidariedade dos restantes trabalhadores da CP e dos trabalhadores em geral, que, muitas vezes com sacrifício, lhes têm trazido víveres, dinheiro e palavras de apoio, são a sua única verdadeira garantia e sustém!

Como nos disse uma trabalhadora, qualquer que seja o resultado, a “veia” (da luta) “ficou-nos”.

Como os professores, estes trabalhadores não pararão. Não desarmarão.

Pagamento imediato dos salários em atraso, garantia de emprego dos 130 trabalhadores e suas famílias, integração na CP!



A Parques de Sintra – Monte da Lua é uma empresa pública, do sector empresarial do Estado, que gere o património cultural de Sintra e do seu concelho (palácios, jardins, matas...).

Em Abril, uma delegação do movimento dos Solidários foi ter com membros da Comissão de Trabalhadores da empresa.

Os trabalhadores estão em luta para serem reconhecidos direitos que lhes são negados e pela actualização dos salários.

Estiveram em greve nos dias 6, 7, 8 e 9 de Abril e continuam em luta.

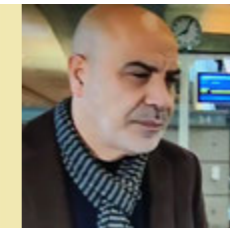
Reivindicam a equiparação à função pública, o reconhecimento da antiguidade e tempo de serviço até 2018, em 2 pontos, para quem não fora abrangido desde o vínculo à empresa no ano de 2000; a revisão e actualização anual da tabela salarial; subsídio de alimentação igual para todos (6,41 euros); subsídio de transporte igual ao passe social (40 euros) e atribuição da mesma verba aos que são forçados a usar viatura própria; retorno aos direitos anteriores à Troika no que diz respeito a horas extraordinárias e feriados; subsídio e carreira de assistente administrativo – e não “operacional” – para os trabalhadores com funções de caixa, que lidam com dinheiro; e revisão do método de avaliação, que consideram injusto.

Luta de classes



ENTREVISTA COM ANTÓNIO DOMINGUES PRESIDENTE DO SMAQ (Sindicato dos Maquinistas de Portugal)

entrevista realizada pela plataforma Solidários a 20 de Abril de 2023



Solidários: Qual é a situação actual da luta dos maquinistas, depois de terem feito alguns dias de greve total e da greve às horas extraordinárias?

SMAQ: Nós iniciámos este processo de luta em janeiro deste ano, com 2 dias de greve total. Não obtivemos qualquer resposta, quer da empresa quer da tutela.

O que nos levou a este processo de luta tem que ver com as actualizações salariais. A empresa aplicou por acto de gestão actualizações salariais muito aquém da inflação, por orientações da tutela. As actualizações salariais foram equivalentes às da função pública. E nós não concordamos, obviamente: dizer que a inflação, no ano passado, foi 7,8% e que aquilo que nos estão a propor é 4% – muito embora, muito recentemente, haja notícia de haver uma actualização de mais 1% – ainda assim muito aquém da inflação. Isto representa, na prática, cortes salariais, e é contra isso que nós lutamos.

Aquilo que nós reivindicamos é que haja uma reposição do poder de compra. Nos últimos 20 anos, nós temos sido sistematicamente prejudicados, as actualizações salariais nunca foram condizentes com essa reposição do poder de compra.

Já fizemos várias greves. Iniciámos em janeiro, fizemos mais greves em fevereiro. Neste momento a greve que decorre é de 30 dias, nela recusamos a prestação de trabalho acima de 7 horas e meia. Temos tido alguns contactos informais com a empresa e, mais recentemente, com a tutela, contudo não chegámos ainda a qualquer entendimento. Ontem estivemos no Ministério. Foi-nos feita uma proposta, mas achamos que não é suficiente para suspendermos a greve.

Solidários: Há outros sectores, quer da CP quer de outras empresas ferroviárias, em que os trabalhadores também têm estado em luta por reivindicações salariais ou, no caso dos trabalhadores dos bares da CP, simplesmente pelos seus empregos e pelo pagamento dos salários. Qual é a articulação que o SMAQ tem procurado com essas outras lutas?

SMAQ: Ainda que não tenha havido uma conjugação e coordenação directa, de certa forma os sindicatos da CP estão alinhados nos problemas que são comuns, que têm que ver com os aumentos salariais decorrentes da inflação. Tem havido também greves de outros sindicatos, no caso da CP, portanto o objectivo é comum.

No que nos diz respeito, além da actualização salarial, também temos outras

situações que são mais específicas da carreira de tracção, que têm que ver com o cumprimento do acordo de empresa. A empresa de certa forma desvirtua aquilo que está aprovado, que foi assinado em 2022. Temos situações que têm a ver com instalações fixas, com as condições degradadas dos espaços sociais. Nós exigimos também um protocolo de acompanhamento psicológico para os maquinistas nas situações requeridas. É uma situação muito específica da nossa carreira, que nos afecta.



Isso faz com que, tendencialmente, nós fazamos greve individualmente. Agora, estamos solidários e o objectivo no que diz respeito à reposição do poder de compra é semelhante para todos nós. A greve tem decorrido dentro da CP, vamos ver se chegamos a bom porto.

Não vivemos numa bolha. Não estamos desligados dos outros sindicatos, há contactos formais com os outros sindicatos. Não tem havido uma conjugação, mas isso não quer dizer que daqui para frente não possa haver.

Solidários: A CP anunciou lucros em 2022. Há muitos anos que não apresentava lucro. As pessoas sentem-se um pouco incomodadas, estão à espera 1 ou 2 horas para ir para o trabalho, queixam-se, como se vê na televisão – mas vê-se que não se viram contra os trabalhadores por fazerem greve, por muito incómodo que seja. A minha pergunta é: porque não se acentua publicamente, e não é só uma questão do SMAQ, é mais geral, que as greves podiam parar imediatamente se “eles” satisfizessem as reivindicações? Eu acho que tem faltado um pouco isso, se calhar, na mensagem. Os órgãos de comunicação social tentam sempre virar as pessoas contra o sindicato: que estão a fazer greve, são uns malandros e essas coisas. Como vê o SMAQ isto: por um lado, a CP deu lucro, por outro lado, a questão da comunicação às pessoas?

SMAQ: Isso é um problema, de facto, da comunicação social. Por norma, sejam nos

transportes seja em qualquer sector de actividade, quando aborda situações de greve, aborda-as sempre no ponto de vista das dificuldades do utente, não as dificuldades do trabalhador, aquilo por que os trabalhadores estão a ser afectados. De facto, é essa mensagem que é passada: vão para as estações perguntar às pessoas se a greve, a falta de comboios, as está a afectar. É uma pergunta retórica, obviamente. Não há nenhum utente de qualquer serviço, por exemplo, das urgências dos hospitais que se

lhe perguntarem se a greve dos enfermeiros ou dos médicos o está a afectar... Como é que se luta contra isto? É tentando passar a mensagem, como nós temos feito. Sempre que sou interrogado pela comunicação social, apresento os fundamentos da greve, que são aqueles que eu identifiquei anteriormente. No fundo, acho que a maior parte das pessoas estão solidárias e percebem o que está em causa. Obviamente que depois, do ponto de vista individual, como são afectadas pela falta de transporte, sentem-se lesadas e têm o direito a sentirem-se lesadas.

Nós endossamos a responsabilidade à tutela. Compete à tutela e à empresa resolver a situação, por forma que as pessoas definitivamente não sejam lesadas no meio de transporte. Nós, por outro lado, temos especial cuidado em não afectar demasiado as pessoas. Por exemplo, este tipo de greve que está a decorrer é sem nenhum dia de greve total, precisamente por essa razão, para não afectar demasiadas as pessoas que necessitam do transporte para se deslocar para os seus trabalhos. Agora, quando temos uma comunicação social que coloca o foco na penalização do utente, é difícil lutar contra isso. Nós tentamos fazer o nosso papel. Sempre que somos interrogados pelos jornalistas da imprensa escrita ou pela rádio, apresentamos os fundamentos da greve e tentamos desarmar esse tipo de argumentação.

Quanto aos lucros da empresa: a empresa podia dar mais lucro ainda, não dá porque ainda não foi feito o saneamento da dívida da

empresa. No fundo, é dívida pública, o que se considera a dívida histórica da empresa é uma dívida pública, porque tem que ver com o facto de, durante anos e anos, a empresa ter prestado um serviço, não sendo devidamente ressarcida por parte do Estado. Agora, em 2020, o Estado fez a contratualização do serviço. Paga a CP pela prestação desse serviço, à volta de 80 milhões de euros por ano e, por via disso, a empresa teve lucro. Mas a empresa podia apresentar muito mais lucro se não pagasse os juros da dívida his-

tórica, que se cifra na ordem dos 20 ou 30 milhões de euros. Se a dívida já tivesse sido sanada, neste momento a CP tinha 30 e tal milhões de lucro. E é óbvio que o sector da ferrovia de passageiros é lucrativo e por ser lucrativo é que nós assistimos a muitos apelos até pelos políticos de certos partidos políticos à privatização da empresa. Se não houvesse essa perspectiva de lucro, não havia esses apelos à privatização. Nós percebemos perfeitamente que há determinadas linhas que são bastante apelativas. Agora, aquilo que não pode acontecer é o Estado entregar essas linhas, que no fundo são o lombo, e depois ficar com o osso, ficar com o prejuízo, que é isso que tem feito.

Portanto, não é nenhuma admiração a empresa ter apresentado estes lucros, até porque também recuperou algum material circulante que estava encostado desde a altura da troika. A empresa na altura suprimia muitos comboios por falta de material circulante, e temos que reconhecer que, de 2019 para cá, a empresa fez um esforço muito grande, recuperou o material circulante e, neste momento, não há supressões de comboios por falta de material circulante, como acontecia em 2017 e 2018. Isso também potenciou um aumento da procura de passageiros, que tem reflexos também nos lucros que apresentam. Mas é bom que haja lucros, nós reconhecemos que o facto de a empresa ser viável é bom para todos.

Solidários: Mas o anterior ministro tinha falado que ia limpar a dívida da CP.

SMAQ: Sim, o saneamento da dívida está no orçamento de Estado já de 2022. Não sanearam, passaram para 2023, está outra vez no orçamento de Estado de 2023. Ainda não foi saneada, aquilo que nos dizem é que até ao fim do ano se perspectiva que a dívida seja saneada. esse é um ponto fulcral para a empresa ser viável.

Nós somos, aliás, confrontados com este processo de luta porque a empresa não tem autonomia de gestão, com o as empresas privadas deste país, que são autónomas. A CP, pelo facto de estar no perímetro financeiro do Estado, não tem autonomia de gestão. Está sempre sob alçada da tutela – mas nós não somos funcionários públicos: quando o Estado dá orientações para aumentos salariais para a função pública, nós levamos por tabela. Temos o pior dos dois mundos: não somos funcionários públicos, mas levamos por tabela. Aquilo que é exigível é que a CP que tenha definitivamente autonomia de gestão e consiga gerir e pôr o dinheiro que vem do contrato de serviço público ... e consiga – e consegue – gerir e negociar directamente com os sindicatos os aumentos salariais. Neste momento, se a empresa tivesse autonomia de gestão, a situação estava decididamente resolvida, não teríamos greve neste momento.

Solidários: Nesse contexto, a sensação que dá, se olharmos para o que aconteceu e continua a acontecer na TAP, para o que acontece na CP, para a situação com os professores, a sensação que dá é que não há resposta da parte do governo, das tutelas, aos trabalhadores. Parece que, politicamente, se deixa andar as coisas, apodrecer as coisas, criando uma situação, do ponto de vista do ensino, dos transportes, dos vários serviços públicos, de deterioração, em que nem as reivindicações dos trabalhadores são satisfeitas, nem as necessidades da população têm resposta. Essa situação, que parece ser uma política quase voluntária, dá a sensação de exigir, da parte do movimento dos trabalhadores no seu conjunto, uma resposta também mais política, por assim dizer, mais unida, em que se enfrente esse apodrecimento, que inclusive pode facilitar o trabalho dos demagogos da extrema-direita, etc. Como é que vêem essa aparente necessidade de os trabalhadores, na TAP, na CP, os que são mais atacados, se articularem para responder a essa situação política mais geral?

SMAQ: Em primeiro lugar, por vezes nós também temos a percepção que há uma intenção, agora colocando aqui o foco mais na CP, de política de terra queimada, quase de degradar os serviços de tal forma, que

sejam depois as próprias pessoas, a opinião pública a apelar para a privatização da empresa. Por vezes sentimos isso. Não se chega a acordo com os sindicatos, deixam degradar os serviços, para justificar depois a privatização da empresa. Pode ser uma ideia errada, mas por vezes sentimos isso. E depois, por outro lado, especialmente nas nossas greves no SMAQ, também sentimos que, não só na opinião publicada, mas também na opinião pública, há uma corrente de opinião que empurra e que acha que a empresa deve ser privatizada, não para prestar o melhor serviço, mas para acabarem definitivamente com as greves. Privatizem-se, que se acabam as greves!

Importa referir, em primeiro lugar, que, segundo os dados da DGERT, que são públicos, grande parte das greves não são no sector público, são no sector privado. Só menos de 1/3 das greves são no sector público. Obviamente que estas têm mais impacto, pela função e pelas categorias profissionais. Mas há uma percepção errada de que só no sector público é que se faz greve. Aquilo que nós dizemos é que não é pelo facto de privatizar a empresa que as greves deixam de acontecer. Tenho dado vários exemplos do SMAQ. A única empresa pública onde temos associados é a CP e não é por isso que deixamos de fazer greves no sector privado. Agora, quanto a haver uma concertação com os restantes trabalhadores: o SMAQ, desde que os objectivos sejam comuns, estamos sempre disponíveis para lutar, estamos sempre disponíveis para coordenar esforços.

Nós somos solidários com a luta de todos os trabalhadores, achamos que todos estamos a ser prejudicados, que a inflação pode não penalizar todos de igual forma, mas penaliza todos. Nós todos conhecemos o custo dos bens alimentares, os custos da energia, que ainda são superiores à inflação, todos estamos a levar por tabela, digamos. Obviamente que nós, como disse anteriormente, não vivemos numa bolha. Se houver uma concertação, a nível nacional, nós ponderamos coordenar esforços nesse sentido.



frança

FORA MACRON E A Vª REPÚBLICA! POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES!

A 13 de Abril, respondendo ao apelo da "intersindical" (coordenação sindical), trabalhadores e jovens manifestaram-se, aos milhares, pela décima segunda vez, em toda a França, pela retirada da contra-reforma da segurança social promovida por Macron, que passaria a idade de reforma de 62 para 64 anos.

A 14 de Abril, o Conselho Constitucional (uma espécie de tribunal constitucional francês, originalmente criado por Napoleão para legitimar a sua ditadura) aprovou a constitucionalidade da lei.

A 15 de Abril, nessa mesma noite, o Presidente, Emmanuel Macron promulgou a "reforma".

Antes, no dia 16 de março, Macron impusera-a com um golpe de força, recorrendo ao artigo 49º (nº 3) da Constituição, que lhe permite ignorar o parlamento (ver "O Trabalho" nº28).

A Vª República mostrou e esgotou, assim, todas as facetas de seu caráter antidemocrático. As suas instituições permitem impor uma lei de destruição dos direitos dos trabalhadores que tem a oposição da maioria esmagadora do povo; e opor a mais brutal repressão à mobilização maciça e repetida de milhões e milhões de grevistas e manifestantes.

Alguns partidos de "esquerda" criticaram as "manobras" de Macron por não respeitarem, segundo eles, a Constituição. Ora, é o contrário: tudo se fez em conformidade com a Constituição gaullista, anti-operária e antidemocrática, feita de propósito para deixar passar todos os golpes contra os trabalhadores e os jovens. Constituição que diz que "as decisões do Conselho Constitucional não são passíveis de recurso".

Pelo que a pergunta a fazer é esta: cumprirá respeitar a lei, uma vez ela promulgada por Macron e referendada pelo Conselho Constitucional?

No ponto de vista dos trabalhadores, a resposta só pode ser um rotundo "não!"

A reforma das pensões é e continua a ser ilegítima. As organizações sindicais devem apelar à greve geral unitária, que una todos os trabalhadores e todos os jovens e varra, de uma vez por todas, a contra-reforma, barre a política reaccionária de Macron e do seu governo, agarrado ao poder apesar de rejeitado pela grande maioria do povo, e acabe com a Vª República.

A Vª República só se mantém porque um punhado de capitalistas e especuladores precisa dela para destruir os direitos dos trabalhadores, bloquear salários e fazer disparar os preços; porque Biden e a NATO precisam dela para prosseguir a política de guerra; porque a hierarquia militar precisa dela



Praça da República, Paris - 14 de Abril

para arregimentar a juventude para o Serviço Nacional Universal Obrigatório (SNU); e porque muitos dos que dizem opor-se a estas políticas se recusam a romper com essa agonizante Vª República, regime golpista que permite aprovar leis sem votação em nenhuma instância (graças ao famoso artigo 49º, nº 3) e, quando isso não é suficiente, atirar a repressão mais brutal contra os manifestantes que protestam contra estes golpes.

Após a passagem ao abrigo do nº 3 do artigo 49º, ouvimos os porta-vozes da coligação Nupes [França Insubmissa, PCF, PS, Verdes e outros) declarar que "Macron e Borne são ilegítimos" (Ruffin, um deputado "insubmissivo"), que "a Vª República está em agonia" (Éliane Assassi, senadora do PCF) ou que se deve passar para "uma VIª República", elegendo "uma Assembleia Constituinte" (Jean-Luc Mélenchon). Tudo certo.

Mas porque não apelam então os líderes do Nupes à mobilização para tirar Macron do poder agora, para acabar com a Vª República agora, para eleger uma Assembleia Constituinte soberana agora? Só há uma resposta possível: porque têm medo de romper com o capitalismo!

Os dirigentes da intersindical tão-pouco quiseram escutar a voz que, vinda da base, se fazia ouvir em todo o país: "Dirigentes, apelem à greve geral!".

A contra-reforma está promulgada. Mas os milhões de trabalhadores e jovens que têm feito greve e desfilado em manifestações nos últimos três meses não desapareceram, nem a aspiração da imensa maioria a poder viver do seu trabalho com dignidade, cuidados de saúde e instrução para as novas gerações.

Abre-se uma nova fase da luta de classes. Esta fase alimenta-se das lições do primeiro período: Em muitas empresas, os trabalhadores construíram comités de organização da greve, constituíram comités de delegados e comités de greve. As reivindicações continuam todas de pé. Para começar: a de revogação da reforma das pensões. Mas também: o aumento dos salários, o congelamento dos preços (nomeadamente dos produtos de primeira necessidade), proibição dos despedimentos, anulação dos encerramentos de serviços hos-

pitalares e de turmas nas escolas...

É urgente romper com o governo Macron e a Vª República. Macron, com efeito, não desarma. Nas próximas semanas, vai pôr à

votação a lei de programação militar (LPM), com 413 mil milhões de euros para a guerra, mais 40% do que a lei anterior. E quer que seja o povo a pagar a pilhagem dos recursos da nação. O governo acaba de confirmar à União Europeia que irá reduzir em 5% todas as despesas públicas não militares; baixar os salários dos funcionários; atacar ainda mais o direito à habitação; e cortar os quadros da função pública autárquica.

O plano do governo, revelado pelo jornal patronal Les Echos, é aquilo a que o próprio Macron chama de "economia de guerra". É o preço a pagar pelo seu envolvimento crescente na guerra da Ucrânia e na que se prepara na Ásia. Esta "economia de guerra" que Macron reivindica enquadra-se na caminhada para uma autêntica militarização da sociedade, a começar pela juventude. O governo está a preparar a instauração do Serviço Nacional Universal (SNU) obrigatório para todos os jovens, do mesmo passo que se multiplicam intervenções directas do exército nos estabelecimentos de ensino para arregimentá-los.

A luta dos revolucionários franceses é para pôr fim a Macron e à Vª República e pela instauração de um autêntico governo dos trabalhadores:

- que tenha a audácia de confiscar as centenas de milhar de milhões da especulação, as centenas de milhar de milhões do orçamento de guerra e de reafectá-los a necessidades urgentes: hospitais, escolas, serviços públicos, aumento geral dos salários e garantia de reformas para todos nas condições em que foram adquiridas;
- e estabeleça relações de paz e solidariedade internacional entre os trabalhadores e os povos de todo o mundo, rompendo com a NATO e a União Europeia, máquinas de guerra da classe capitalista.

brasil

GERIR OS NEGÓCIOS DA BURGUESIA... ...OU LUTAR PELOS DIREITOS DE QUEM TRABALHA



15 de Março mais de 150 mil estudantes de todo o Brasil na rua

Passaram mais de 100 dias da tomada de posse do governo de Lula da Silva. Eleito pela mobilização dos trabalhadores e jovens brasileiros para derrotar o governo ultra-reaccionário de Bolsonaro, ele carrega em si a esperança em novas conquistas que, combatendo a exploração capitalistas, reduzem a opressão e a miséria.

Contudo, como já se disse nestas páginas, o que se constituiu foi um governo de colaboração de classes, de Lula e do vice-presidente Alckmin, que inclui ministros de direita e de extrema direita (veja-se a recente demissão de Gonçalves Dias, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, depois da divulgação de um vídeo onde é visto a conversar com os invasores do Palácio do Planalto). O governo cedo anunciou a continuação da submissão aos interesses fundamentais da classe dominante e do imperialismo: e ser, portanto, incapaz de atender as reivindicações centrais das massas.

No Ministério da Fazenda trabalha-se intensamente na elaboração do que é chamado de *Novo Arcabouço Fiscal* (NAF).

A regra orçamental (NAF) proposta pelo ministro Haddad limita o aumento das despesas primárias a 70% da receita dos doze meses anteriores. Por exemplo, se a receita aumentar 100 milhões de reais em 2023, o aumento da despesa não poderá ultrapassar 70 milhões de reais em 2024. Fixa-se, também, uma faixa de flutuação para as variações na despesa, entre um mínimo de +0,6%, equivalente ao crescimento populacional, e um tecto de +2,5% da inflação do ano anterior. O objectivo prometido pelo NAF é eliminar o défice primário em 2024 e alcançar um superavit primário de 0,5% em 2025 e 1% em 2026.

Os compromissos do actual governo são evidentes na sua política económica: o novo quadro orçamental não passa de um novo limite para a despesa pública, que pouco diverge da política anterior de Bolsonaro e de Michel Temer. Visa continuar a garantir aos “mercados” que o governo cumprirá as

metas de pagamento da dívida pública aos seus credores – bancos internacionais e especuladores: o capital financeiro.

Enquanto, nos seus discursos, Lula ataca os bancos e os “mercados”, na prática, submete-se aos seus interesses fundamentais: limitar as despesas sociais, elevando a prioridade absoluta o pagamento da dívida e a regra de ouro, que, a partir de um limite de endividamento, só permite ao governo contrair dívidas para pagar dívidas antigas, forçando o congelamento dos salários, das reformas e do financiamento dos serviços públicos. Por isso os “mercados” reagiram positivamente à medida: bolsas em alta, dólar em baixa.

O Novo Arcabouço Fiscal, não contribui, portanto, para Lula “colocar os pobres no orçamento” e, muito menos, para corresponder às expectativas nele depositadas no período eleitoral.

Para tal, Lula, teria que dispor livremente do Orçamento Federal, sem artificios como o NAF, que servem para pagar os juros injustos da dívida pública e que concentram parcela cada vez maior do PIB nas mãos de um punhado de ricos.

No Ministério da Educação, o ministro Camilo Santana, confrontado pela pressão das mobilizações populares, anuncia a suspensão do calendário da política dita do Novo Ensino Médio (NEM) – uma contra-reforma do sector educacional realizada em governos anteriores.

No entanto, tanto Lula como Camilo Santana já se manifestaram várias vezes contra a revogação do NEM. Defendem “ajustes” ao novo modelo. Não é surpresa – o NEM foi aprovado por Temer, e a sua aplicação foi iniciada por Bolsonaro, mas o embrião do projecto foi formulado durante o governo de Dilma Rousseff, dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É uma demonstração clara dos seus compromissos com o capitalismo. Aliás, a “reforma trabalhista” (das leis laborais) e a da previdência (aposentações) também foram aprovadas

pelos governos Temer e Bolsonaro.

A política do Novo Ensino Médio, além de reduzir o conteúdo geral das disciplinas tradicionais para os alunos, faz parte do desmantelamento do ensino público que visa reduzir a despesa no sector. Pretende-se preparar o terreno para o despedimento de funcionários públicos e o alargamento das privatizações, com a entrada de grandes grupos privados do sector educacional em “parcerias” com o Estado.

Aos trabalhadores, a administração dos negócios da burguesia só trará mais desastres. A luta é pelo cumprimento do mandato das urnas.

A luta é por “tirar os ricos banqueiros do orçamento público” e reafectar os gastos com a dívida pública à saúde, à educação, à habitação, à segurança social e aos investimentos necessários para melhorar a qualidade de vida da população. É por empregos e salários decentes para todos os trabalhadores, com reajuste salarial mensal de acordo com a inflação. É pela revogação total e imediata do NEM, da reforma trabalhista e da reforma da previdência e de todas as contra-reformas.

É preciso mostrar às camadas mais avançadas da classe trabalhadora e da juventude o que é e como é o novo governo e tirar as devidas conclusões: organizar e continuar a luta, sem se distrair com a retórica do governo, da extrema-direita e da oposição bolsonarista.

A decepção com os governos anteriores de Lula e Dilma cortou os laços do PT com as massas trabalhadoras. O voto em Lula em 2022 decorreu de alguma esperança em políticas mais favoráveis aos trabalhadores, mas também, e sobretudo, da necessidade de derrotar Bolsonaro.

A crise económica mundial agrava continuamente as condições de vida dos trabalhadores, no Brasil como em todos os países com governos da burguesia ou de colaboração de classes, diminuindo a popularidade de tais governos e estimulando as mobilizações de massas.

Assim, no Brasil, a luta pela revogação do NEM, apesar das manobras das direcções sindicais e estudantis; a luta da FAFEN, Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná, uma unidade do Sistema Petrobrás; ou os documentos saídos do Congresso do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (SISMUC).

Forma-se um novo ciclo de lutas, protagonizado por jovens, trabalhadores e activistas, também estimulados pelos sinais e exemplos vindos de todo o mundo, como, por exemplo, as mobilizações, em França, contra a reforma do sistema de aposentação e o governo Macron.

guerra na ucrânia

NOS DOIS LADOS DA FRENTE, A OFENSIVA PREPARA-SE

Traduzido e editado de Dominique Ferré, *La Tribune des Travailleurs* nº 384, 385.

MACRON E A ECONOMIA DE GUERRA

Sabe-se que o presidente francês, Macron, forçou, contra a esmagadora maioria do povo e até contra o impotente parlamento da sua Vª República, a passagem de uma contra-reforma da segurança social (ver páginas 8-9). Justificou o golpe de força com estarmos em "economia de guerra": é preciso os trabalhadores aceitarem novos e maiores sacrifícios, para se poderem entregar incontáveis milhares de milhões dos orçamentos nacionais aos fabricantes de armas e encher os arsenais "ucraniano" e nacional de novos tanques, bombardeiros, mísseis e porta-aviões.

Macron anunciou, assim, estar a preparar novas medidas contra o povo trabalhador francês: mais um aumento significativo do orçamento da "defesa" e redução de todas as despesas públicas não militares, incluindo cortes de salários na função pública.

Von der Leyen e Stoltenberg, homens de mão da administração americana, fazem rufar os tambores da guerra total do capital contra o trabalho em todos os países, à pala da guerra imperialista na Ucrânia.

Macron executa. Mas o caderno de encargos é para todos. Eles esperam que também António Costa se mostre à altura.



A RÚSSIA FARTA DA GUERRA

As camionetas do exército que cruzam cidades e vilas de província para tentar convencer os jovens a alistar-se como *kontraktniki* (soldados sob contrato) para ir para a Ucrânia têm muita dificuldade em atingir os seus objetivos. O regime quer 400.000 "voluntários" para enviar para a frente, porque as perdas entre os 300.000 "mobilizados" em setembro 2022 foram enormes. Apesar da propaganda patriótica e das promessas de bons salários, morrer pelos oligarcas não faz sonhar, e os candidatos ao papel de "carne para canhão" não aparecem.

A cúpula do regime começa a entrar em pânico. Depois do ataque que custou a vida a um dos maiores apoiantes da guerra, Vladlen Tatarsky, o líder do partido Rússia Justa na Duma (Parlamento), Mironov, exige o restabelecimento da pena de morte, apoiado pelo Partido Liberal Democrata, outro partido ligado ao Kremlin. Mas nem isso nem as 19.586 prisões de opositores à guerra em treze meses impedem que a população já não aguento mais a guerra suja.

Em ambos os lados da frente, Rússia e NATO preparam as "ofensivas de primavera". Putin quer mais 400.000 homens; os primeiros tanques e aviões da NATO chegam à Ucrânia; na fronteira com a Rússia, a Finlândia integra a NATO; Macron quer a sua "economia de guerra": A INDÚSTRIA DAS ARMAS ESFREGA AS MÃOS.

Adensam-se nuvens no céu da Ucrânia. O gelo convida cada lado a preparar a sua ofensiva.

Do lado russo, o regime de Putin prevê mobilizar mais 400.000 "voluntários" depois de enviar para a batalha 300.000 cidadãos antes "mobilizados" - e dizimados na batalha. Entretanto, anuncia a intenção de instalar armas nucleares no território da República da Bielorrússia. O presidente bielorrusso, Lukashenko, cujo regime oligárquico nada tem a invejar aos seus vizinhos russo e ucraniano, preocupa-se. Apesar de aliado de Putin, não empenhou tropas no conflito, consciente da profunda hostilidade do seu povo à guerra. Em 31 de Março, declarou: "O fogo nuclear espreita no horizonte" e pediu conversações de paz "sem negociações prévias". Proposta imediatamente rejeitada, em Kiev e Moscovo.

Ao lado ucraniano chegam as armas pesadas e ofensivas prometidas pela NATO. Em 27 de Março, foram entregues 18 tanques alemães Leopard 2, segundo o ministro da Defesa alemão, além dos 14 entregues pela Polónia e dos britânicos Challenger. Seguir-se-ão dezenas de outros enviados, nomeadamente, pelos governos "socialistas" espanhol e português e, claro, pelos Estados Unidos. Sem falar nos caças polacos e eslovacos. Confirmando que é ele que enquadra e manda no exército ucraniano, o exército americano usa a velha técnica do jogo de cartas para ensinar as tropas ucranianas a distinguir

nomes e funções dos vários engenhos de guerra, relata o New York Times de 28 de Março. Surpresa: algumas cartas correspondem a equipamentos que os Estados da NATO garantiram não querer entregar a Zelensky, como o helicóptero americano Black Hawk ou o tanque francês Leclerc... O jornalista americano Jonathan Guyer observa: "O governo Biden mostra um compromisso crescente com a Ucrânia. No entanto, os participantes na teleconferência da Casa Branca de Janeiro disseram-me que esta se opôs aos defensores mais ferrenhos do armamento da Ucrânia. (...) Não parece haver planos, por exemplo, para dar armas nucleares à Ucrânia" (29 de Março). Pelo menos por enquanto... mas por quanto tempo?

Os trabalhadores de todo o mundo não nenhum têm inenhum interesse em que esta guerra imperialista continue. O único beneficiário da guerra é a classe capitalista..

E ela di-lo com total cinismo na sua imprensa: "As tensões internacionais são excelentes para os fabricantes de armas. Mas, para arranjar encomendas, as guerras são imbatíveis. A da Ucrânia não foge à regra. Não só se entregam armas em abundância a Kiev, como os países, ansiosos por fortalecer as suas defesas, se precipitam também para os seus fornecedores, habituais ou não. Nesse jogo, os Estados Unidos arrasam a concorrência: em 2022, as suas vendas de armas aumentaram 50%!" (Le Point, 30 de Janeiro).

"Caem" nas redes sociais documentos "ultra-secretos" do Pentágono, ministério da defesa dos EUA, sobre a guerra na Ucrânia, a Rússia e os "aliados" dos EUA. A sua autenticidade não foi contestada pelo governo Biden. Que nos dizem?

Desde 6 de Abril, documentos "ultra-secretos" do Pentágono, datados de Fevereiro e Março de 2023, "caíram" nas redes sociais e foram autenticados e divulgados na imprensa. A administração Biden, sem negar que se trata de documentos oficiais, anunciou, em 13 de Abril, a prisão de um funcionário da Guarda Aérea Nacional. Jack Teixeira, de 21 anos, é suspeito de liderar um grupo de adolescentes responsáveis pela fuga. Cenário digno de Hollywood. Mas: será real? A questão é secundária à luz do que revelam as "Pentagon Leaks". Os documentos confirmam o compromisso dos Estados Unidos e dos países da NATO com a guerra na Ucrânia muito para lá do que os governos jamais reconheceram. Não só países membros da NATO e da União Europeia têm enviado dezenas de milhares de milhões de dólares em armas para a Ucrânia, como membros das suas forças especiais operam em território ucraniano. Ou seja, esses países estão, de facto, em guerra com a Rússia. De acordo com o *Washington Post* (9 de Abril), um avião espião militar britânico RC-135 quase foi abatido pelas forças russas, em 29 de Setembro de 2022, quando sobrevoava bases russas na Crimeia. Incidente "que poderia ter arrastado os Estados Unidos e seus aliados da NATO directamente para a guerra na Ucrânia", ou seja, conduzido a humanidade para uma

guerra mundial. Documentos divulgados expõem a amplitude de fontes de que os serviços de informações dos EUA dispõem no topo do aparelho de Estado russo e suas forças armadas. Os serviços americanos sabiam em tempo real os objectivos ucranianos visados pelo exército russo... Marcado pela corrupção, o regime de Putin é permeável a infiltrações até às cúpulas.

Demonstra-se, ainda, a natureza da relação entre o imperialismo dos EUA e os seus vassalos. Por exemplo, os serviços americanos ouviram uma conversa entre o marechal Sisi e altos oficiais do exército egípcio, em 17 de fevereiro, planeando a entrega de 48.000 foguetes à Rússia "sem avisar os ocidentais". O exército egípcio recebe anualmente mil milhões de dólares em ajuda militar dos Estados Unidos para "manter a ordem" no Médio Oriente.

Dizem-nos estes documentos, sem sombra de dúvida, que Biden e os governos dos países da NATO escolheram deliberadamente o caminho da guerra total.

É dever de qualquer organização dos trabalhadores romper com os governos belicistas: em Portugal, exigir o repatriamento imediato dos soldados portugueses estacionados no Leste da Europa, o fim imediato dos fornecimentos de armas, a saída da NATO e a dissolução desta organização imperialista e belicista!

guerra na ucrânia

O TAMBOR DE GUERRA STOLTENBERG NA UCRÂNIA

○ secretário-geral da NATO, Stoltenberg, antigo social-democrata, tem assumido, a meias com a presidente da Comissão Europeia, o papel de tambor de guerra em chefe – e primeiro cavaleiro do Apocalipse nuclear se for preciso. Ao apresentar o Relatório Anual da NATO em finais de Março, Stoltenberg declarou, citado pelo Público, que *“antes de 2014, os aliados estavam a diminuir as suas despesas militares, e desde então essa tendência inverteu e tivemos oito anos consecutivos de aumento, com mais 350 mil milhões de euros para a defesa. Temos de continuar, apoiando-nos nos progressos que já fizemos”*.

Mas não basta. Na próxima cimeira da NATO, marcada para Julho, Stoltenberg vai propor uma nova meta para as despesas militares dos países da NATO, superior à actual referência de 2% do PIB. A ideia seria 2% do PIB passar a ser apenas o limite mínimo. **Portugal gasta actualmente cerca de 1,4% do PIB, segundo os números da NATO; passar para 2% significaria aumentar as despesas militares em 50%.**

Em recente visita-surpresa a Kiev, Stoltenberg fez também questão de dizer que a Ucrânia faz parte da “família” da NATO e pertencerá à NATO mais tarde ou mais cedo. Todos os “aliados” estarão de acordo sobre isso. Em reacção, o “democrata iliberal” Orbán, que manda na Hungria como sátrapa de Bruxelas com ademanos “rebeldes”, comentou no twitter: “O quê?!”.

OS ABUTRES DA "RECONSTRUÇÃO"

Embora não haja perspectiva de cessar-fogo ou negociações à vista, os abutres já voam em círculos; *“a corrida para reconstruir a Ucrânia já começou”* (New York Times, 16 de fevereiro). A 20 de abril, em Kiev, o presidente ucraniano Zelensky organizou a primeira *“cimeira internacional de cidades e regiões”*. Objectivo: colocar as regiões europeias em contacto com as da Ucrânia, para poderem entregar às suas grandes empresas contratos e mercados para o pós-guerra. A região francesa de Provence Alpes-Côte d'Azur tenta deitar a mão à reconstrução do porto de Odessa. Da região da Lorena, o grupo siderúrgico Saars-tahl Rail ganhou a reconstrução das ferrovias e *“enviará eventualmente 25.000 toneladas de carris para a Ucrânia, ou seja, 8% de sua produção anual”* (France Bleu, 18 de abril). Mas os capitalistas franceses e europeus estão longe de ser os únicos que competem pelo bolo. Zelensky deu lugar de destaque no processo de reconstrução ao grande fundo de investimentos BlackRock (americano).

Para atrair “investidores”, a Câmara de Comércio Ucraniana gaba-se de que o país é *“o maior estaleiro de obras do mundo”*. As iniciativas multiplicam-se: Macron, Zelensky e empresas francesas encontro em Dezembro, fórum económico de Davos em Janeiro, conferência em Varsóvia com 300 empresas de 22 países em Fevereiro... a indústria chama a atenção para o facto de *“haver mais de 3 milhões de pessoas à procura de trabalho (...), o que representa um grande número de mão-de-obra disponível”* (13 de abril). Mão-de-obra particularmente “atractiva” devido a todas as medidas de desmantelamento do Código do Trabalho e da segurança social e de amordaçamento dos sindicatos adoptadas pelo governo Zelensky durante a guerra.”

EM PORTUGAL, LULA, A UCRÂNIA E A SAGRAÇÃO DO FASCISTA VENTURA COMO CHEFE DA DIREITA

○ recém-eleito presidente do Brasil, Lula, veio visitar Portugal para falar no 25 de Abril.

Lula fizera declarações a apelar aos EUA e à UE para que deixassem de incentivar a guerra e trabalhassem, em vez disso, pela paz. Note-se que Lula (como Marcelo fez notar) tem votado sistematicamente ao lado dos Estados Unidos e seus aliados na ONU.

No frouxo apelo de Lula, o que ele diz da política da UE e dos EUA é o mesmo que os próprios UE e EUA dizem da sua própria política: que não é altura de paz, que há que incentivar a Ucrânia a continuar a guerra – até ao último ucraniano, se for preciso – até à derrota total da Rússia.

No entanto, deu-se um fenómeno curioso e aparentemente orquestrado: não só a direita portuguesa saiu em uníssono a juntar-se a Ventura no zurrar furibundo contra o “insulto” de Lula a Portugal (!), à sua “política externa” e à sua querida União Europeia, como o coro se estendeu às “vozes críticas”, aos Pachecos Pereiras e editorialistas sortidos da Sonae (Público) e similares!

Porquê o ruído?

○ ex-dirigente do CDS Lobo Xavier apelou praticamente a seguir o exemplo do Chega e organizar “protestos” contra Lula. O fascista Ventura prometera, com efeito, uma “grande manifestação” no 25 de Abril.

○ Que a “direita oficial” consagre Ventura como seu “caudilho” em espera é um sinal inequívoco. Ou o PS põe a casa em ordem e volta a lançar o ataque frontal contra os trabalhadores, ou é preciso preparar uma alternativa à volta de Ventura, mesmo que o chefe formal seja o ridículo Montenegro.

afeganistão

MOVIMENTO ESPONTÂNEO DE MULHERES AFEGÃS:

"Reconhecer o regime talibã é trair as mulheres"

Nos dias 1 e 2 de Maio, em Doha (Qatar), a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza uma cimeira sobre o Afeganistão. A secretária-geral adjunta da ONU, Amina J. Mohammad, abriu o jogo, falando do próximo “reconhecimento do regime talibã”. Não é por acaso que a cimeira se realiza em Doha, a “base de retaguarda” da milícia obscurantista antes de o governo americano lhe ter entregado o poder, em Agosto de 2021.

O Movimento Espontâneo de Mulheres Afegãs (SMAW) em comunicado de imprensa, de 19 de Abril:

“condena veementemente as recentes declarações da Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina J. Mohammad (...). Os talibãs têm uma longa história de ódio e opressão das mulheres, tratando-as como cidadãs de segunda e impondo-lhes um apartheid de género. Proibiram as meninas e raparigas de ir à escola e à universidade, proibiram as mulheres de trabalhar nos ministérios e no sector público, bem como nas ONGs (...). As pri-

sões arbitrárias, torturas e assassinatos de mulheres e raparigas que participam em protestos, seguidas de ameaças contra as suas famílias para impedir que estas divulguem estes crimes e os denunciem aos órgãos de informação, transformaram o país num verdadeiro inferno para as mulheres (...). O reconhecimento do regime talibã não levará à aceitação das exigências da comunidade internacional. Pelo contrário, encorajá-los-á a avan-

çar, sem medo, na sua política anti-mulheres, obscurantista e totalitária no Afeganistão. Apelamos a todos os defensores dos direitos das mulheres e dos direitos humanos, bem como às organizações democráticas, para apoiarem as mulheres e o povo do Afeganistão e não os talibãs. Devemos, juntos, continuar a apoiar os direitos das mulheres afegãs e a sua luta por um governo secular e democrático no Afeganistão (...).”



25 de Novembro de 2022: reunião do Movimento Espontâneo de Mulheres Afegãs em Cabul

APOIA O COMITÉ INTERNACIONAL DE DEFESA DAS MULHERES AFEGÃS:

<https://defendafghanwomen.org/>

afeganistão

Hasina Sadet, militante da Esquerda Radical do Afeganistão (LRA), que usou da palavra num comício da comissão de mulheres trabalhadoras do Partido Operário Independente Democrático de França, no dia 11 de Março passado, fala da situação das mulheres afegãs desde que a milícia religiosa fundamentalista dos talibãs regressou ao poder, em Agosto de 2021, um regresso organizado pela administração americana.



“As mulheres querem liberdade, trabalho e educação”

Qual a situação das mulheres?

Estão como na prisão, sem nenhum direito elementar. A maioria vive abaixo do limiar de pobreza, dado não ter trabalho ou ter deixado de o ter. Um dos chefes talibãs declarou recentemente que o papel da mulher deve limitar-se às tarefas domésticas e à criação dos filhos. Recordo que, durante os vinte anos de ocupação militar da NATO e dos Estados Unidos (2001-2021), nunca se fez nada pelas mulheres. As raras ministras do governo fantoche (durante a ocupação) só lá estavam para servir de decoração.

Que violências sofrem as mulheres?

Um dos maiores problemas são os casamentos coercivos. Em algumas províncias, os talibãs andam de casa em casa a recensear raparigas, mulheres divorciadas e viúvas. Depois obrigam-nas a casar com talibãs.

O hijab passou a ser obrigatório para as meninas. As mulheres não estão autorizadas a sair à rua sem um mahram (tutor masculino, membro da família que não o marido, segundo a charia islâmica – NdR). Se mesmo assim saírem, são punidas. O divórcio deixou de ser legal, e os talibãs deixaram de reconhecer as sentenças de divórcio.

As mulheres estão totalmente excluídas das escolas, universidades e da educação em geral. É-lhes vedado trabalhar no sector público, no sector privado e nas organizações não governamentais. Deixaram de poder praticar desporto e até de poderem passear num jardim ou espaço público de qualquer tipo.

Na maior parte dos casos, as mulheres também não são autorizadas a deslocarem-se a clínicas. Os talibãs proibiram as farmácias de venderem meios contraceptivos tanto para homens como para mulheres.

Na semana passada, na província de Zabol, três talibãs irromperam por uma casa onde vivia uma mãe sozinha com as suas duas filhas. Violaram impunemente as duas miúdas à frente da mãe. Há dezenas de crimes deste género, mas o mundo inteiro mantém-se em silêncio perante tal violência.

E a repressão?

As mulheres vivem cheias de medo. Mas isso não quer dizer que não tentem protestar, que não saiam à rua até. O regime manda-as para a prisão e restringe a cobertura das manifestações pela comunicação social. A repressão do regime abate-se também sobre maridos, pais e irmãos. A maior parte das nossas camaradas comprometidas no combate deixaram de dar notícias. Sabemos que vivem numa situação muito difícil.

Quais são as reivindicações das mulheres?

As três reivindicações fundamentais são liberdade, trabalho e educação. Em algumas regiões do Afeganistão, o dia 6 de Março era o dia

do regresso à escola e à universidade: como as escolas e universidades abriram as portas, muitas raparigas tentaram lá ir. Só que os talibãs impediram-nas de entrar. Nalguns casos, elas sentaram-se na rua, à frente dos portões das escolas e universidades. Puxaram dos manuais escolares, muitas delas choravam de raiva por não as deixarem instruir-se. Os talibãs dispersaram-nas violentamente. Na realidade, eles ficam aterrorizados com as mulheres e com o mais pequeno ajuntamento de mulheres.

Podes-nos falar das últimas iniciativas do Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs?

Na semana do 8 de Março (que coincidia com o regresso à escola e à universidade), as nossas camaradas da geração jovem e outras estudantes

as ex-ministras do último governo fantoche (que esteve no poder durante os vinte anos da ocupação da NATO – NdR) apresentam-se hoje de cara lavada democrática. Arranjaram um belo “negócio”, pelo qual recebem subsídios de milhões de dólares das potências imperialistas.

Desconfiem de tais organizações não governamentais (ONG), que aparecem na comunicação social a tentar convencer que estão a trabalhar em prol das mulheres no Afeganistão. O governo Biden usa, por exemplo, Rina Amiri, uma cidadã americana nascida no Afeganistão, como “enviada especial para os direitos das mulheres”. Essa gente não é digna de confiança.

Outros “defensores dos direitos das mulheres” estão ligados a grupos fundamentalistas, que se opõem aos talibãs, mas partilham as suas posi-



8 de Março, mulheres protestam numa rua de Cabul

concentraram-se à frente das suas antigas escolas e universidades, protestando contra a sua exclusão de todos os estabelecimentos de ensino pelos talibãs. No dia 8 de Março, o Movimento organizou pequenas reuniões clandestinas em apartamentos; não na rua, estavam proibidas concentrações. Não pudemos organizar manifestações maiores, principalmente em Cabul. Neste momento, as nossas camaradas e militantes estão sob vigilância estreita dos talibãs. Algumas estão presas, e temos medo de que os talibãs prendam outras camaradas. Apoiamos e aderimos a todas as manifestações de mulheres.

No teu discurso do 11 de Março de, em Paris, avisaste e lembraste que “nem todos os que se opõem aos talibãs são necessariamente amigos das mulheres e do povo afegão”. Que querias dizer com isso?

Nem todas as forças que arvoram a pretensão de agir “em nome das mulheres afegãs” trabalham forçosamente no interesse delas. Algumas estão ligadas ao imperialismo e querem desviar as lutas das mulheres. Por exemplo, todas

as ex-ministras do último governo fantoche (que esteve no poder durante os vinte anos da ocupação da NATO – NdR) apresentam-se hoje de cara lavada democrática. Arranjaram um belo “negócio”, pelo qual recebem subsídios de milhões de dólares das potências imperialistas.

A solidariedade internacional é essencial para o vosso combate?

As mulheres afegãs sofrem torturas, pressões e não têm nenhum direito elementar. Pedimos às mulheres, à escala internacional, que apoiem o nosso movimento, que não nos deixem sozinhas. Que nos ajudem a sair da situação em que estamos, a conquistar os nossos direitos: educação, trabalho e liberdade. Não nos deixem viver na escuridão, não deixem que eles nos mandem outra vez para a idade da pedra!

BOLETIM O Trabalho

Publicado pelo grupo “O Trabalho”
Página web: <http://ainternacional.pt>
Responsável: José Júlio Santana Henriques
e-mail: jose.santanah@gmail.com